

EM MEIO A COQUELUCHE E INFECÇÕES RESPIRATÓRIAS: O PERIGO DA BAIXA COBERTURA VACINAL

Marina Gomes de Abreu¹
Taís Chaves Silva²
Renata Ferreira Pieroti Machado Pessôa³

re.pieroti@hotmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

PALAVRAS-CHAVE: Cobertura Vacinal; Coqueluche; Imunobiológicos; Saúde; Vacinação

1 INTRODUÇÃO

A coqueluche se dá como uma tosse convulsiva, correspondente a uma infecção respiratória originada pela bactéria *bordetella pertussis*, considerada uma doença endêmica, já controlada, porém altamente contagiosa. A doença possui três estágios clínicos típicos, sendo eles: Fase catarral (1-2 semanas) cujo risco de contágio é maior, Fase paroxística (2-6 semanas) que conta com crises de tosse intensa, por fim há a fase convalescente (6-12 semanas) em média. No Brasil, os imunobiológicos contra coqueluche são ofertados de forma gratuita através do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio do Programa Nacional de Imunização (PIN) que oferta três doses da vacina pentavalente (DTP+Hib+HB) durante a primeira infância, somada a dois reforços com a tríplice bacteriana (DTP), e em caso especial, para as gestantes a partir da 20ª semana gestacional é ofertada uma dose da vacina contra difteria, tétano e coqueluche (dTpa). No Brasil, a vigilância da coqueluche é feita de forma abrangente, pois é uma doença que está contemplada na Lista Nacional de Doenças de Notificação Compulsória, conforme a Portaria Ministerial Nº204, de 17 de fevereiro de 2016. Contudo, nos últimos anos o Brasil tem tido um significativo aumento do número de casos desta doença, sendo analisada uma queda na cobertura vacinal. Tal cenário pode ser comparado ao maior evento de manifestação popular do Brasil que ficou conhecido como Revolta da Vacina, ocorrido no ano de 1904, entre os dias 10 e 16 de novembro, motivado pelo medo e a desinformação referente a vacinação em massa em resposta ao surto de varíola daquela época (Rafael, 2025). Assim como este ocorrido, a situação atual contextualiza-se também por uma baixa aderência aos imunobiológicos, que entre suas inúmeras causas caracteriza-se também a desinformação acerca do tema, significando maiores fatores de risco e agravos a saúde da população. Diante dos fatos apresentados, torna-se necessário uma intervenção que vise garantir a cobertura vacinal em níveis adequados para seu público alvo, evitando assim agravos na saúde pública do país e os casos identificados de coqueluche.

¹ Acadêmica do 4º período do Curso de Enfermagem da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX.

² Acadêmica do 10º período do Curso de Enfermagem da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX.

³ Graduada em Enfermagem. Mestre em Políticas Públicas e desenvolvimento Local. Professora da Faculdade Vértice-UNIVÉRTIX.

Diante disto, o objetivo do presente trabalho é revisar a literatura publicada entre 2021 e 2025 sobre a relação entre cobertura vacinal e ocorrência de coqueluche.

2 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão de literatura, cuja finalidade é reunir e analisar publicações científicas relacionadas à cobertura vacinal e à ocorrência de coqueluche, dando ênfase no impacto da vacinação na saúde pública. Para a elaboração do trabalho, foram utilizados artigos publicados entre os anos de 2021 e 2025, recrutados nas bases de pesquisa Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS), utilizando os descritores: “cobertura vacinal”, “coqueluche”, “infecções respiratórias” e “vacinação”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados nesta revisão demonstrou a estreita relação entre a cobertura vacinal e a ocorrência de coqueluche. Os achados revelam padrões consistentes quanto à importância da vacinação como principal estratégia de prevenção dessa doença imunoprevenível. Segundo Diniz, Libanio e Ribeiro (2024), a redução na cobertura vacinal tem favorecido o aumento da incidência da coqueluche. Embora entre 2020 e 2024 tenha sido registrado um número relativamente menor de casos, devido à pandemia de COVID-19 e à redução da mobilidade populacional, em 2023 foram notificados mais de 25.000 casos de Pertussis, com maior concentração no segundo semestre. Já em 2024, a União Europeia contabilizou mais de 32.000 casos. Entre 2023 e março de 2024, foram documentados 19 óbitos, sendo 11 (58%) em crianças menores de um ano, principalmente com menos de três meses de vida, e oito em idosos acima dos 60 anos. Além do impacto direto da baixa cobertura, uma pesquisa publicada na *Brazilian Journal of Health Review* (2022) identificou uma correlação entre a desinformação sobre vacinas e o aumento de surtos de coqueluche. Diante desse cenário, o Ministério da Saúde publicou em 2024 a Nota Técnica Conjunta nº 70/2024, DPNI/SVSA/MS, alertando sobre o crescimento da doença e recomendando o reforço das ações de vigilância epidemiológica e ampliação da cobertura vacinal. Historicamente, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973, teve papel fundamental na ampliação da cobertura vacinal no Brasil e no controle de diversas doenças imunopreveníveis (Araújo, Rodrigues e Freitas, 2023). Atualmente, o PNI preconiza uma meta mínima de 95% de cobertura vacinal para garantir proteção coletiva. Entretanto, o não cumprimento dessa meta representa um risco à saúde pública. Azevedo, Sá e Araújo (2024) destacam que as vacinas Pentavalente e Tríplice Bacteriana continuam sendo as principais medidas de prevenção contra a coqueluche. No entanto, é importante reconhecer que nem a vacinação, nem a infecção prévia conferem imunidade permanente. Dessa forma, manter níveis elevados de cobertura vacinal é essencial para proteger principalmente a população infantil, que permanece vulnerável ao retorno de doenças antes controladas. A literatura afirma que a ausência ou atraso na vacinação é o principal fator de risco para a coqueluche. Reforçando essa perspectiva, Albuquerque et al. (2024) observaram que, apesar da evolução clínica da coqueluche ser geralmente favorável, ainda ocorrem óbitos relacionados à doença em diferentes regiões do país. Um estudo de caso analisou um desses

óbitos e reforçou o papel da vacinação na prevenção da doença. O mesmo estudo também apontou a necessidade de protocolos clínicos mais eficazes, que favoreçam o diagnóstico precoce e o manejo adequado da coqueluche, contribuindo assim para a promoção da saúde e a redução da mortalidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações apresentadas, é crucial reconhecer o atual agravamento quanto aos casos de coqueluche e a influência da vacinação para o controle da doença. Conforme o que foi exposto, a coqueluche é uma doença altamente contagiosa que nos últimos anos tem se tornado tem preocupado as instituições de saúde devido ao aumento no número de casos e óbitos relacionados a complicações advindas da mesma. Em conformidade, comprova-se a necessidade da vacinação para o controle da doença, principalmente em sua forma grave, uma vez que os imunobiológicos são a principal fonte de combate a Pertussis. Com isso, ressalta-se a necessidade de intervenções que mantenham os níveis de cobertura vacinal pré-definidos pelo Programa Nacional De Imunização, a fim de evitar agravos na saúde pública da população.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. G; et al. Óbito de lactente por Coqueluche: relato de caso. **Estudos em Ciências da Saúde**, [S. l.], v. 3, pág. e6754, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/shs/article/view/6754/4257>. Acesso em: 2 jul. 2025.

ARAÚJO, M. F. C. A.; RODRIGUES, T. F.; DE FREITAS, R. C. M. V. Impacto da cobertura vacinal sobre número de casos, hospitalização e óbitos por coqueluche. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 354–363, 2023. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/591>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ASSAD, S. dá S.; DORIGO, IS Ressurgimento de doenças imunopreveníveis: o impacto do movimento antivacina na reemergência de epidemias. **Revista Brasileira de Revisão de Saúde**, [S. l.], v. 10, pág. e75894, 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/75894/52855>. Acesso em: 2 jul. 2025.

AZEVEDO, Arimatéia Portela de; SÁ, Deise Costa de; ARAÚJO, Anny Karoliny Soares. Coqueluche no Amazonas: uma série histórica de dez anos. RECIMA21 - **Revista Científica Multidisciplinar**, [S. l.], v.5, n. 5, p. e555256, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/5256/3618>. Acesso em: 2 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente; Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Nota Técnica Conjunta nº 70/2024 – DPNI/SVSA/MS. Alerta sobre surtos de coqueluche na Ásia e Europa, com recomendações para intensificação da vigilância e vacinação (incluindo uso excepcional da vacina dTpa). Brasília: Ministério da Saúde, 03 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas->

[tecnicas/2024/nota-tecnica-conjunta-no-70-2024-dpni-svsa-ms.pdf/view](#). Acesso em: 2 jul. 2025.

CAMPOS, V. G; GIACOMETTI, L; CENI, F. M. Perfil epidemiológico dos casos confirmados de coqueluche no estado do Paraná. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. e7984, 2025. Disponível em:

<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/7984>. Acesso em: 1 jul. 2025.

DINIZ, L. M. O.; LIBÂNIO, E. L.; RIBEIRO, J. G. L. **Boletim Científico** – Saúde Respiratória. Lisboa: Sociedade Médica Portuguesa, Departamento de Imunizações, v. 72, n. 1, 2024. Disponível em: https://smp.org.br/wp-content/uploads/boletim_cient_smp_72-1-1.pdf. . Acesso em: 2 jul. 2025.

RAPHAEL, S; As políticas públicas de saúde no Brasil e as campanhas vacinais: a revolta da vacina, quedas nas coberturas e implicações na adesão vacinal no Brasil. Salvador: Universidade Católica do Salvador, [S.l.]. 2025. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/43300e3c-cd98-4c35-bbe5-85d47eba1550/content>. Acesso em: 02 jul. 2025.